

RAZÃO DA LEGITIMIDADE DE «UM ESTADO»

*Lai Hio Peng**

Existem motivos suficientes para revelar a importância dum "país" onde se unificam os "dois sistemas". A concretização da política "dois sistemas" num Estado constitui realmente uma característica dum Estado grandioso.

No âmbito do tema do presente artigo, queria responder primeiramente a duas questões: Qual a necessidade de existir "um Estado"? Qual é o significado de "uma China" como um Estado grandioso? Na parte final deste artigo, queria abordar a questão de Taiwan que está relacionada com a questão de "um Estado".

1. QUAL A NECESSIDADE DE EXISTIR "UM ESTADO"?

Para analisar o Estado, é natural que se precise de abordar a filosofia da política tradicional onde estão consagrados os princípios antigos e simples. Embora as questões mundiais estejam a ser constantemente alte-radas, estes princípios possuem ainda um incrível sentido da realidade.

De acordo com a filosofia política tradicional, no sentido geral, a importância do Estado reside no facto de que os seres humanos não podem viver fora do Estado. Isto é, os seres humanos estão destinados a viver num Estado. Sabemos o significado da expressão "os seres humanos são por instinto animais políticos" expressa num famoso dito de Aristóteles. Neste conceito, há uma oposição entre os seres humanos e o Estado? Claro que não. Qual é o significado mais profundo deste conceito? E a "distinção entre os seres humanos e os animais", são os seres

* Doutor em Direito, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau.

humanos que se preocupam com a sua existência e o seu desenvolvimento. Segundo Aristóteles, o que distingue os seres humanos dos "animais" são aqueles serem "animais políticos". O brilhante ideólogo chinês Xun Zi manifestou que a distinção está no "grupo social", enquanto S. Thomas defende que está no conceito de "animais sociais". Os significados destas expressões são idênticos. Estes estudiosos conheceram a fundo o instinto natural dos seres humanos, engrandecendo a dignidade humana. No entanto, estes prestigiados ideólogos não pararam as suas investigações com estes conceitos, procuraram explicar a necessidade sentida pelos "seres humanos", da existência de um Estado, vital para a sua sobrevivência. Assim, podemos compreender porque motivo, nas suas teorias, investigaram persistentemente um Estado ideal ou o ideal do Estado. As teorias acima mencionadas relevam que se dizemos que a sociedade é uma característica humana, o Estado é a forma de expressão máxima e mais concentrada de sociedade. A vida social é a vida do Estado onde existe uma reflexão essencial da maneira de viver dos seres humanos. Os seres humanos podem desenvolver-se livremente, cumprir as suas obrigações, mostrar os seus valores e as suas características numa vida social (estatal).

No entanto, o conceito está a progredir. O novo conceito diz-nos que os seres humanos não só são animais "políticos" ou "sociais", como também animais "racionais". O raciocínio confere aos seres humanos a independência e a autonomia. A filosofia do individualismo consegue certamente reflectir-se neste conceito. Desde os tempos modernos, os próprios seres humanos sobrepõem-se na base do raciocínio da corrente principal da filosofia ocidental. Estas filosofias tomam conta de "indivíduos" solitários e sem nenhuma preocupação, em vez de indivíduos "sociais" ou "estatais", conferindo-lhes o direito de igualdade e de liberdade. Aqueles "indivíduos" solitários que adquiriram liberdade e igualdade não possuem lugar de abrigo, por isso, em primeiro lugar colocam-lhes uma suposta "condição natural", onde existe o bem e o mal, já que esta condição é suportada pela imaginação. Todavia, o ideólogo inglês Hobbes revelou uma realidade surpreendente e terrível na descrição da "condição natural". Segundo Hobbes, os seres humanos são egoístas, cruéis, grosseiros e com curta duração de vida. A relação dos seres humanos é semelhante à dos lobos, sendo que os seres humanos não param de lutar. De qualquer maneira, os seres humanos não podem viver nestas condições, portanto, para todos os ideólogos dos tempos modernos incluindo

Hobbes, como Rousseau relevou, o problema radical está na procura indispensável de uma forma de união. Assim, os "indivíduos" solitários e naturais transformam-se em indivíduos em união com a sociedade. Ou seja, os seres humanos têm de desistir da "condição natural" para integrarem numa condição social, constituindo um Estado. Com este objetivo, segundo Hobbes, os indivíduos cedem aos seus poderes naturais, não temem pela sua colocação dentro dum Estado como forma de alcançarem a segurança — não hesitam em serem controlados pelo monstro cruel e autoritário "Leviatã". A intenção real da obra de Hobbes "Leviatã" é mesmo a antiprova da necessidade dum Estado? À posteriori, é difícil os defensores da liberdade compreenderem este ponto de vista. Este é diferente do ponto de vista de Rousseau, em que a condição natural é maravilhosa, mas possuidora de uma memória longínqua e não evocável. Ele julgou que, para evitar a degeneração e obter a liberdade e o melhoramento, os seres humanos têm de viver num Estado. O ideal de Rousseau baseia-se na constituição duma unidade conjunta dos Estados, "através da forma de contrato social". Dentro deste grupo, cada indivíduo defende constantemente a sua unidade. Enquanto a unidade for defendida, assim o próprio indivíduo é também defendido. Em seguida, Hegel continuou a promover este pensamento no seu livro de "Princípios jurídicos e filosóficos", pensando que o Estado é a realidade ou a concretização desta liberdade. Os ideólogos do liberalismo dos tempos pós-modernos exprimiram as suas insatisfações sobre o conceito de Hobbes, Rousseau e Hegel, e criticamente afirmaram que este foi o covil do nacionalismo ou absolutismo. No entanto, no meu ponto de vista, isto é apenas o pensamento de um grupo restrito de ideólogos, constituindo certamente um reconhecimento meramente parcial. O conceito real e não utópico fundiu-se sempre com os grandes princípios da vida humana. Ao tomarmos em conta prudentemente as doutrinas dos filósofos dos tempos modernos, podemos observar que os filósofos herdaram o conceito antigo, introduzindo o ideal de liberdade. O Estado não é o objecto de existência dissidente do "indivíduo", nem o inimigo jurado da "liberdade". Pelo contrário, o Estado é uma forma de existência dos indivíduos e da sua liberdade. Se dizemos que os seres humanos não podem viver fora do Estado, não podem, sem dúvida, obter também a liberdade e a sua concretização fora do Estado. Em resumo, os indivíduos com liberdade racional não são capazes de sair do Estado. Falando sobre "raciocínio", queria

ainda sublinhar que de facto, o "raciocínio" é também apreciado na filosofia clássica. Sabem qual a origem da pergunta "o que procura a alma humana?" e da resposta "passar uma vida feliz"? Será derivada da primeira grande obra "Teoria da filosofia do Estado" elaborada pelo filósofo inglês Bosanquet, onde abordou o conceito de Estado? O referido autor questionou e respondeu à sua própria maneira. Claro que sim, posso responder firmemente que esta obra é uma obra que aborda o Estado, baseando-se no raciocínio.

Face ao exposto, compreendemos qual a necessidade de existir um Estado. Todavia, a minha pergunta é qual a necessidade de, para a China, existir "um Estado"?

O Estado Nacional é a cristalização da competição da sobrevivência. Na história mundial, existem diversos exemplos das escolhas e de duras provas da luta pela sobrevivência. Países históricos criados por civilizações brilhantes como a Babilónia, o Egipto, a Índia e a Grécia, entre outros, desapareceram subitamente, tornando-se decadentes inesperadamente. Nenhum deles pôde sobreviver até ao presente, continuando a desenvolver a sua civilização. No presente mapa mundial, a China é o único país que possui uma longa história em tão grande território. Sabemos que a China se constituiu como país, o mais tardar, na dinastia Shang, isto é, cerca do século XVI a.C.. Até meados dos anos 221 a.C., o primeiro imperador da dinastia Qin fundou o país com poder centralizado e um vasto território. A partir daí, embora houvesse separação, guerra nacional ou alterações das dinastias, o grupo étnico Han predomina na identidade chinesa que preservou integralmente a sua forma de Estado, alargando persistentemente o espaço da existência do Estado, solidificando um país unificado com grupos étnicos multinacionais.

Diz-se que o Estado Nacional é a expressão moderna, portanto, a sobrevivência do Estado e o seu significado devem ser ponderados segundo o moderno conceito de Estado. Baseando-nos nesta noção, parece-se que antes dos tempos modernos, ou seja, antes dos ocidentais se referirem ao conceito de "Estado", os chineses não possuíam conceito de Estado, nem mesmo o próprio Estado. Isto é, o "Estado" para os chineses não chega a ser um "Estado" real. De facto, esta é a verdade para os ocidentais, porque para eles nunca existiu um conceito de Estado antes dos tempos modernos. Sabemos que, entre o século XVI e o século XIX, os países da Europa ocidental, tais como França, Itália, Alemanha, Áustria e Espanha, entre outros, delimitaram os seus próprios territórios,

constituindo os seus Estados Nacionais através de guerras trágicas a longo prazo. O significado moderno da chamada noção do "Estado" deriva desta era de disputa.

No princípio, existiu uma grande divisão entre o conceito de Estado chinês e o ocidental, não sendo adequado procurar cegamente significados comuns. Por exemplo, o significado do moderno conceito de Estado ocidental não pode cobrir, nem proporcionar a conotação do cosmopolitismo, universalismo harmonioso, pacifismo e humanismo no conceito de Estado Chinês. Isto tem a ver com o conceito de "Estado" ocidental que se baseia na noção política e jurídica e não na noção filosófica e ética. Estas são as bases da noção do positivismo e formalismo onde se revela a estrutura e a existência do Estado, não se revelando o raciocínio e o objectivo do Estado. Mesmo que a noção do Estado não possa ajudar a compreender o significado de todas as questões, favorece certamente a nossa análise jurídica e política do Estado.

A noção de Estado, no seu significado moderno, baseia-se no panorama seguinte: o mundo está a ser dividido em diferentes países e todos os indivíduos estão a ser sujeitos à jurisdição destes países. Por conseguinte, é necessário delimitar o território de cada Estado, dividindo a aglomeração de pessoas, estabelecendo os poderes da administração e de controlo em relação ao território. Para que as referidas matérias surtam efeito, isto é, exista eficácia jurídica, todos os Estados têm de ser reconhecidos mutuamente. Nesta base, a noção de Estado no seu significado moderno revela os elementos da forma constituinte do Estado: o povo, o território, a soberania e o significado jurídico do Estado — o reconhecimento internacional.

Segundo esta noção, o que significa a "China"? Pode-se dizer que a China engloba os territórios incluindo o Continente Chinês, Taiwan, Hong Kong e Macau, onde os habitantes residem, o governo que administra o Estado, e a soberania do Estado representa o máximo para o interior e a independência para o exterior.

Por aqui, julgo que se compreende que a noção de Estado, basta para responder à questão "qual é a necessidade de existir um Estado", portanto, não queria utilizar esta noção para proceder à análise plena e detalhada em relação ao nosso tema. Isto não só devido à existência abundante de obras, o mais importante é que muitas questões estão patentes, não necessitando de desperdiçar energia para compreender a definição fragmentária ou de fazer esforços inúteis. No entanto, por fim, preciso de abordar a questão de Taiwan com base neste fundamento.

2. O QUE SIGNIFICA A "CHINA"?

Quando nos referimos à China, muitas vezes, referimo-nos à sua civilização, história longínqua, povo simples, terreno fértil e futuro promissor, mas raras vezes se saboreia, assimila e promove o significado da "China". Será que a China é apenas uma realidade histórica, uma estrutura estatal combinada entre o terreno e o povo? Claro que não.

Neste conceito, "um Estado", ou seja, o que significa para nós a China, nacionalidade e pátria? Não posso dizer com todo o pormenor, mas penso que pelo menos significa "benevolência, harmonia, justiça e unificação". Do meu ponto de vista, os elementos acima mencionados têm sido as características da nossa civilização, o espírito da nacionalidade e a causa do Estado. Se formos buscar a noção à filosofia clássica chinesa, podemos dizer que isto é a "verdade" da China.

A noção de "verdade" chinesa combina-se com a noção de cultura chinesa, tornando-se uma noção única onde se concebe a sabedoria resultante de experiências vicissitudinárias da existência, de uma estimulante condição de vida e de uma grandiosa causa humana. A mesma está enraizada profundamente e serve de guia na condição de existência e no corpo de vida da nossa nacionalidade. Portanto, a nossa nacionalidade e o nosso país podem sobreviver para sempre. A "verdade" chinesa é a procura, o objectivo da vida e da alma dos chineses. Esta "verdade" é a única via da vida para a nossa nacionalidade ou país, é o caminho real e inevitável da nossa história e civilização.

Referi já que a "verdade" chinesa é "benevolência, harmonia, justiça e unificação", e esta tem sido a característica da nossa civilização, o espírito da nacionalidade e a causa do Estado. Queria dizer mais ainda que esta é sempre a direcção da nossa civilização, a crença da nacionalidade e o ideal do Estado, embora não ouse afirmar que esta forma de expressão surta efeito para toda a humanidade. Na sociedade moderna, todos os países possuem uma constituição que regulamenta os princípios do Estado. Em meu entender, a "verdade" chinesa é a prestigiada carta constitucional do nosso país. Ao debruçar-me sobre a ciência do direito, considero que a "verdade" chinesa está consagrada na carta constitucional. Não podemos estabelecer, sem dúvida, a mesma posição entre esta carta constitucional e a constituição dos países modernos. A referida carta constitucional não é uma qualquer obra legislativa, nem uma declaração política dum lugar a curto prazo e nem uma explicação sobre o pobre

individualismo ou chamado liberalismo, entre outros. Nesta nem sequer consta a forma de organização e as divisões dos organismos dos poderes estatais. Baseando-nos nesta lógica, podemos dizer que esta não é uma carta constitucional. No entanto, em meu entender, esta é ainda uma carta, sendo uma carta constitucional prestigiosa. Esta Verdade" existe desde a antiguidade e o seu autor foi mesmo a civilização e a história da civilização. A sua fonte é a sagrada ordem universal e a procura ou o objectivo da vida e da alma. O seu conteúdo orienta e regulamenta vida de humildade que corresponde aos grandes princípios da ordem natural e da natureza humana. É inadequado, evidentemente, que esta carta constitucional seja designada pela constituição do Estado, portanto, denomiño a mesma como "carta constitucional da civilização". De facto, não é importante a sua denominação, pois esta é uma manifestação da ordem natural e civilizada, por conseguinte, esta tem de ser cumprida. A eficiência da carta constitucional permanece, mesmo que as pessoas abandonem. A sua missão tem a ver com a manutenção prolongada da civilização. Sem esta, a sociedade e a civilização humana vão ser destruídas, os próprios seres humanos vão degenerar em bárbaros ou animais. Portanto, segundo a obra "Chun Qiu", "o divino não permite a contrariedade da verdade". Em resumo, esta não só nos proporciona base e regra reais, racionais e imperecíveis em relação à nossa civilização, nacionalidade e Estado, como também encaminha gradualmente para a generosidade da vida irrecusável, inultrapassável e indivisível. O significado da expressão "não se pode desviar absolutamente da verdade" proferida por Confúcio, tem o mesmo significado que a ideia acima mencionada.

Para prestar esclarecimentos sobre a carta constitucional da civilização chinesa, estou a desviar-me do nosso tema, por isso falarei sobre esta questão noutra ocasião. Neste momento, vamos abordar novamente a questão "o que significa a China"?

Sabemos claramente, no presente, que para a nacionalidade chinesa e para cada chinês, a "China" não só é o lugar de vivência, é também um lar, sangue, crença espiritual e ideal de causa. Pode-se dizer que a China é o sangue, a crença e o sonho para os chineses. Existirá outra razão com legitimidade para defender "um Estado", ou seja, para defender a nossa China? Será necessário defender ainda a China? Todos os separatistas egoístas e as chamadas forças cruéis da "oposição total à China", existentes, quer no interior quer no exterior do país, constituem uma invasão para os chineses, atropelando o limite da sua consciência.

3. A QUESTÃO DE TAIWAN

Na situação actual, o que põe em risco a política de "um país" é o problema de Taiwan. Apesar da "independência de Taiwan" ir contra a moralidade, a justiça e a razão, não correspondendo à realidade histórica e também não ser permitida por lei, verifica-se a proliferação violenta e desenfreada de movimentos independentistas, com riscos elevados, da força de separatismo da ilha, o que faz estremecer e doer o coração.

De entre os movimentos de "independência de Taiwan", o mais extremista defende o corte radical com a cultura chinesa, repelindo e separando radical e completamente as relações estreitas com a história e cultura da Nação Chinesa. Os independentistas de Taiwan declararam que, como a ilha foi separada do continente chinês há 50 anos, foram edificadas uma "cultura" e uma "nação" diferentes das da China. De acordo com as fontes de notícias, as autoridades "pro-independência de Taiwan", pretendem implementar a educação geral e sistemática da "cultura de Taiwan", destinada aos alunos do ensino primário, e secundário complementar, com cursos ministrados na chamada língua de "Taiyu" (que é praticamente o dialecto de Min Nan), incutindo nos alunos conhecimentos da história, da geografia e de humanidades sem o conceito da "China" e "da Nação Chinesa". Trata-se de uma nova política adoptada pelos independentistas de modo a "eliminar a sinização" e erradicar os elementos culturais que suportam a unificação pacífica dos dois lados do estreito.

Não vale a pena perder tempo, alegando doutrinas e razões para retorquir esses conceitos e actos absurdos dos independentistas. Porém, devemos condenar, severo mas imparcialmente, que pessoas como os independentistas que consideram a história como tabu e que se esquecem dos seus antepassados, certamente não estarão dispostos a assumir as responsabilidades com os nossos compatriotas de Taiwan e os seus descendentes. Os seus actos produzem os mesmos efeitos dos que escolhem caminhar numa via que não dá acesso às fontes de águas vivas da cultura e que cortam com todas as ligações com os antepassados e descendentes, destruindo-se a si próprios. Os independentistas, sob a capa da "cultura de Taiwan", fomentam a desintegração, criando a sensação de distância e de oposto, desobedecendo de raiz, à natureza da cultura, o que é, realmente, um acto de anti-cultura. Conforme já tinha mencionado, a história e a cultura da China são inabaláveis e a sua verdade é inegável.

Os independentistas, com frequência, defendem ou justificam o conceito da "independência de Taiwan" com fundamentos na "democracia". A "democracia" ocidental foi, assim, aproveitada pelos defensores da independência como o fundamento e o meio justo para justificar a separação do país e a promoção da independência. Independentemente do facto do conceito ideal de "democracia" ter sido deformado pelos independentistas de Taiwan, se se proceder a uma avaliação sistemática dos seus valores, facilmente serão expostos os motivos absurdos da aplicação do conceito de "democracia no seio da independência da ilha".

Como é sabido, os dois lados do estreito têm a mesma origem e compartilham a mesma história, cultura e tradições. Mas para encobrir este facto e para evitar a aplicação do princípio jurídico da "Carta das Nações Unidas", seguido por todo o mundo, em que se estipula a protecção da integridade do território do país soberano — ao abrigo do referido princípio jurídico, qualquer tentativa, que visa a separação parcial ou total de um país, ou, que conduz à desintegração do seu território desrespeita os objectivos e princípios da Carta das Nações Unidas, os defensores da independência da ilha nacionalista inventaram o conceito de "decisão popular", defendendo a implementação da política de "a população toma a decisão" para escolher o destino de Taiwan. De acordo com estes activistas, desde que a votação "democrática" seja levada a cabo, Taiwan poderá estabelecer-se como um país independente.

Contudo, mesmo no quadro da filosofia política ocidental e de acordo com experiência de implementação da política internacional, recorre-se a votação democrática apenas para decisão de assuntos internos de um regime político já estabelecido e não para decidir a forma de um regime político. De facto, apenas num contexto em que a forma do regime político é aceite por todos, é que a votação democrática deve ser utilizada. Por outro lado, antes de uma votação democrática, deve, em primeiro lugar definir-se a margem da votação. Uma diferente margem de votação pode por em causa a legalidade do resultado. Então, qual é o elemento que decide o universo da votação? Ou seja, que elemento deve decidir o território de um país? Será a história, a cultura e a tradição, ou, será a vontade, no momento actual de uma parte das pessoas da geração actual? A resposta é evidente. Deve ser o primeiro elemento e não o segundo a tomar a decisão. O mais importante é que, todos os assuntos de interesse público devem ter em conta a participação de todos os interessados e só

com o seu consentimento conjunto é que a votação deve ser considerada válida e, daí, é que advém a legalidade.

De acordo com o exposto, existe um estudioso que defende que se a questão da independência de Taiwan for decidida conjuntamente por toda a população, então o direito de decisão deveria englobar todos os chineses.

As manifestações e actos dos independentistas da ilha que expressam a sua rejeição contra a unificação pacífica e contra o conceito de "um país, dois sistemas", o que bem salienta o desejo egoísta de independência a pretexto da democracia. A chamada democracia no âmbito da independência de Taiwan, no fundo, é a independência, ou seja, o desejo e a posição da parte dos activistas deste movimento.

De acordo com os independentistas, "a unificação implica a anexação de Taiwan", "o conceito de uma China unificada defendido pelo Partido Comunista da RPC pretende despromover o seu governo para um governo local", isto é, "o princípio de um país, dois sistemas implica a transformação de Taiwan num governo local como o de Hong Kong". Porém, estas interpretações não correspondem aos objectivos originais definidos pela RPC. Em conformidade com a política do continente chinês, "um país, dois sistemas" está implícita a manutenção dos diversos sistemas actuais e também de um elevado grau de autonomia gozada pelos locais. Estes princípios são comprovados pelas experiências da RAEHK e da RAEM após o seu regresso à China. De acordo com as intenções de Deng Xiaoping, será maior a autonomia de Taiwan do que a da RAEHK, isto é, a ilha nacionalista pode manter o seu próprio exército, sendo que neste contexto, não há nenhum motivo convincente no argumento da "anexação de Taiwan". No que diz respeito à questão do "governo local", trata-se apenas de uma questão que só afecta o interesse de alguns políticos e não o interesse público. Hoje em dia, encontra-se na maioria dos países do mundo, governos com estatutos diferentes. O bem da população não tem nada a ver com o estatuto do governo e não será favorecido quando um governo é elevado de governo local a governo central. Por isso, é muito provável que a afirmação de "despromoção" seja uma opinião oficial e não do público, constituindo o desejo de um determinado grupo de interesses político.

Vamos agora analisar o conteúdo da "independência de Taiwan" com uma perspectiva que tem em consideração as relações políticas internacionais. Alguns académicos defendem que, a disputa entre a uni-

ficação e a independência se enquadra na luta dos tempos modernos entre a China e os poderes ocidentais. A posição política do movimento de "independência de Taiwan", no fundo, envolve relações internacionais estratégicas com determinados grupos de interesse dos E.U.A. e do Japão, e Taiwan só desempenha o papel de uma das peças do jogo de xadrez dos referidos países. Por outras palavras, em virtude da influência e do aproveitamento dos poderes ocidentais, este movimento, desde sempre, está carente do verdadeiro espírito de independência. De facto, o conceito da "independência de Taiwan" foi primeiramente proposto pelos americanos e algumas das ideias deste movimento são resultado da "adaptação ao conceito do povo do imperador" imposta durante o período de ocupação japonesa. A chamada política de "governar separadamente durante 50 anos" também é o resultado da intervenção militar dos E. U. A. Os americanos com o pretexto de manter o equilíbrio militar entre os dois lados têm vendido armas em grande quantidade a Taiwan. O que nos surpreende é que, os independentistas apostem na coordenação com as estratégias internacionais de alguns países estrangeiros, abusando dos poderes estrangeiros para a concretização da independência e até fazem amigos de inimigos, desrespeitando a história e a justiça. Estas situações são bem visíveis pelas expressões e actos pro-nipónicos do ex-presidente da ilha nacionalista, Li Denghui. O pior é que, conforme fontes noticiosas, no aniversário do centenário da celebração do "Tratado de Shimonoseki", alguns independentistas foram ao Japão para apresentarem uma petição, pedindo ao governo nipónico o apoio das suas actividades da independência. Parece que, de acordo com os independentistas, a legalidade histórica da independência de Taiwan têm origem no "Tratado de Shimonoseki". Portanto, relativamente aos actos dos independentistas, não é de estranhar que existam pessoas que lamentam que na história da Nação Chinesa, se registem numerosos compatriotas como traidores, mas o surgimento de uma comunidade deste tamanho, como os independentistas de Taiwan, que se esquecem da sua origem e que aderem aos inimigos, indo contra a consciência e a justiça, faz com que tenhamos de lamentar que o sentimento de vergonha não se desenvolve com o tempo. Para melhor explicar o exposto, a "independência de Taiwan" só possibilita a "separação" mas não "o estabelecimento independente". Por este motivo, em vez de se tornar no meio para conduzir à "independência" da ilha, o referido movimento, pelo contrário, faz com que a ilha esteja subordinada" a outros.

Por outro lado, a meu ver, a independência de Taiwan nunca será aceite pela China.

Para o nosso país, podemos recuperar do prejuízo da guerra e da economia, podemos adquirir todos os bens, mas a integridade da soberania e a subordinação do território não pode alterar e ceder. Isto porque se trata de interesses básicos do nosso país e do povo. Mesmo numa situação pessimista, isto é, se Taiwan, com o apoio dos E. U. A. e o Japão, conseguisse tornar-se independente e, nós sofrermos uma derrota, mesmo assim, confiem em mim, não vamos acabar por aí, vamos continuar a lutar persistentemente, até que consigamos esmagar completamente os conspiradores da "independência de Taiwan" e os seus apoiantes, ou, até que todos os chineses rectos e corajosos, por amor ao seu país, sacrificiem a sua vida. Será aí o ponto final da luta da China, e da Nação Chinesa.

É evidente que a China não tem o direito de deixar a questão desenvolver-se até a esse ponto. Na realidade, o país, com um óptimo senso político e por amor aos habitantes da ilha nacionalista, propõe a implementação de "um país, dois sistemas" para resolver as divergências entre os dois lados do estreito, com o objectivo de alcançar a unificação pacífica da Pátria. Apesar da prática do referido sistema poder prejudicar ou degradar a soberania do país, tendo em conta o interesse básico a longo prazo da Nação Chinesa e o bem precioso do povo dos dois lados, a China concretiza o espírito da clemência. Porém, para que a questão não evolua para uma situação irreversível, a China tem a obrigação, a responsabilidade, bem como o poder de adoptar meios jurídicos e militares, de modo a impedir, de forma mais eficaz, "a independência de Taiwan".

Para concluir, gostaria de explicitar o objectivo deste artigo. De acordo com a mentalidade da moda, as pessoas já não acreditam nos conceitos nobres de "um país" ou nos seus ideais, como pátria, nação e unificação, passando a ser adeptos dos conceitos de "indivíduo", "pessoa" e "independência". Somos incutidos que todos nós constituímos uma individualidade, com valor supremo de repelir os elementos alheios e não subordinado à autoridade de nenhum país, colocado acima do indivíduo, sem as restrições de "pátria", "nação", "história e cultura". É-nos ainda incutido que o conceito de "um país" é algo ilusório, a pátria é algo "no futuro"; notamos que, no continente chinês, "os verdadeiros liberais" dedicaram-se às actividades de negação da cultura e tradição chinesas e, em oposição aos movimentos de nacionalismo e de pátrio-

tismo; em Hong Kong, diz-se que, "a oposição total à China" constitui tarefa dos chamados liberais democratas; quanto a Taiwan, são actividades que visam a independência de Taiwan promovidas pelos separatistas, com o apoio das forças estrangeiras. Trata-se de conceitos e fenómenos que vão pôr em causa ou até trazer um grande desastre para "um país" e para todos os chineses.

"As pessoas gostam de interpretar o espírito de patriotismo como de sacrifício, sem isso ser pedido por outros. Mas o verdadeiro espírito de patriotismo é considerar o país como o fim radical e o hábito quotidiano da nossa vida." (Bosanquet, "Teoria da filosofia do Estado").

